

ANEXO I**Tabela I**

Dados adaptados dos Relatórios Anuais da Polícia Judiciária 2005-2015		
Quantidade de cocaína apreendida (Kg)		
Anos	Açores	Portugal
2005	331,345	18083, 550
2006	62,495	34476,628
2007	4,314	7362,988
2008	32,728	4838,38
2009	687,474	2697,096
2010	230,873	3244,395
2011	160,973	3678,339
2012	2,161	4011,29
2013	2,447	2439,703
2014	0,854	3715,85
2015	1000	6000
Totais	2515,664	72464,669

Fonte: <https://www.policiajudiciaria.pt>

ANEXO II**Tabela I**

Embarcações de recreio nos Açores 2005-2015			
Região/País	Pavilhão	Origem	Destino
América central	39	393	4
Anguilla		3	
Antígua e Barbuda (9	54	1
Bahamas		6	
Barbados	3	1	
Bermuda		62	
Coletividade de S. Bartolomeu (8	
Coletividade de S. Martinho		169	1
Cuba		2	
Curaçao		1	
Guadalupe		20	1
Honduras	2		
Ilhas Cayman	12		
Ilhas Virgens Americanas		2	
Ilhas Virgens Britânicas	3	9	
Jamaica		2	
Martinica		33	1
Panamá	3	2	
República Dominicana		9	
Santa Lúcia		6	
São Vicente e Granadinas	7	2	
Trinidad e Tobago		2	

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela II

(continuação da Tabela I)

Embarcações de recreio nos Açores 2005-2015			
Região/País	Pavilhão	Origem	Destino
América do Sul	2	8	4
Brasil	2	5	3
Bolívia			1
Venezuela		3	
Países Africanos	2	11	5
Africa do Sul	2		
Cabo Verde		10	1
Marrocos			3
Senegal		1	1
União Europeia – Norte ¹	580	23	173
Alemanha	49	1	2
Áustria	1		
Bélgica	31		1
Dinamarca	4		
Finlândia	13		
França	257	12	112
Holanda	25		4
Lituânia	1		
Luxemburgo	5		
Mónaco			3
Polónia	10		
Reino Unido	169	10	51
República Checa	1		
Suécia	14		
União Europeia – Sul	73	25	285
Bulgária	4		
Espanha	16	10	107
Gibraltar (GB)	1	4	100
Grécia	4		
Itália	20		10
Malta	5		1
Portugal (Continental)	23	5	54
Portugal - Madeira		6	13
Portugal – Açores		298²	298³

¹ No tratamento de dados optou-se por dividir os Estado-membros em dois subgrupos: Norte e Sul; o objetivo foi garantir uma interpretação mais exata sobre os países de origem e destino, dentro da União Europeia.

² Estes dados referem-se a embarcações que passaram nos Açores, cuja origem não se conseguiu identificar.

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela III

(continuação da Tabela I e II)

Embarcações de recreio nos Açores 2005-2015			
Região/País	Pavilhão	Origem	Destino
Países Europeus não Membros	12		
Noruega	4		
Suíça	8		
Outro	67	17	6
Austrália	5		
Canadá	4	2	1
Estados Unidos da América	46	13	2
Honk Kong R.A.E (China)	1		
Ilhas Marshall	6		
República de Vanuatu	1		
Rússia	3		
Dado omissio	1	2	3

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

³ Estes dados referem-se a embarcações que passaram nos Açores, cujo destino final não se conseguiu confirmar

ANEXO III**Tabela I**

Movimento de embarcações nos Açores por Destacamento 2005-2015				
Anos	Ponta Delgada	Angra do Heroísmo	Horta	Totais Açores
2005	611	681	1626	2918
2006	601	731	1611	2943
2007	620	645	1409	2674
2008	701	780	1450	2931
2009	706	850	1563	3119
2010	695	844	1289	2828
2011	792	910	1479	3181
2012	797	847	1521	3165
2013	820	1060	1406	3286
2014	818	992	1327	3137
2015	1016	1072	1317	3405
Totais	8177	9412	15998	33587

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela II

Movimento de embarcações nos Açores			
2005-2015			
Região	Pavilhão	Destino	Origem
América central	39	4	393
América do Sul	2	4	8
Países Africanos	2	5	11
União Europeia Norte	592	173	23
União Europeia Sul	73	285	25
Outro	67	6	17
Porto Escala(Açores)		298	298
Totais	775	775	775

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

ANEXO IV**Tabela I**

Movimento de embarcações nos Açores			
2005			
Região	Pavilhão	Destino	Origem
América central	5		41
América do Sul			4
Países Africanos		1	1
União Europeia Norte	79	23	6
União Europeia Sul	4	31	2
Outro	5	2	6
Porto Escala (Açores)		36	33
	93	93	93

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela II

Movimento de embarcações nos Açores			
2006			
Região	Pavilhão	Destino	Origem
América central	7		47
América do Sul			1
Países Africanos			3
União Europeia Norte	52	23	
União Europeia Sul	10	34	2
Outro	4	1	2
Porto Escala (Açores)		15	18
	73	73	73

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela III

Movimento de embarcações nos Açores			
2007			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	4	1	44
América do Sul	1		1
Países Africanos			2
União Europeia Norte	45	18	4
União Europeia Sul	7	31	1
Outro	9	1	
Porto Escala (Açores)		15	14
	66	66	66

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela IV

Movimento de embarcações nos Açores			
2008			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	6	1	47
América do Sul		1	
Países Africanos	2	1	2
União Europeia N	68	21	
União Europeia S	4	31	2
Outro	8		3
Porto Escala (Açores)		33	34
	88	88	88

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela V

Movimento de embarcações nos Açores			
2009			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central		1	41
América do Sul		1	1
Países Africanos		1	2
União Europeia Norte	74	19	3
União Europeia Sul	6	31	3
Outro	8		1
Porto Escala (Açores)		35	37
	88	88	88

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela VI

Movimento de embarcações nos Açores			
2010			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	3		36
América do Sul	1	1	
Países Africanos		1	
União Europeia Norte	40	13	1
União Europeia Sul	7	24	3
Outro	2		
Porto Escala (Açores)		14	13
	53	53	53

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela VII

Movimento de embarcações nos Açores			
2011			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	3	1	40
América do Sul		1	
Países Africanos			1
União Europeia Norte	76	15	3
União Europeia Sul	10	26	3
Outro	4	1	3
Porto Escala (Açores)		49	43
	93	93	93

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela VIII

Movimento de embarcações nos Açores			
2012			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	4		40
América do Sul			
Países Africanos		1	
União Europeia Norte	54	23	4
União Europeia Sul	9	19	2
Outro	3		
Porto Escala (Açores)		27	24
	70	70	70

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela IX

Movimento de embarcações nos Açores			
2013			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	1		20
América do Sul			
Países Africanos			
União Europeia Norte	45	5	1
União Europeia Sul	1	21	4
Outro	9		1
Porto Escala (Açores)		30	30
	56	56	56

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela X

Movimento de embarcações nos Açores			
2014			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	3		20
América do Sul			
Países Africanos			
União Europeia Norte	30	5	1
União Europeia Sul	8	21	2
Outro	12	1	1
Porto Escala (Açores)		26	29
	53	53	53

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

Tabela XI

Movimento de embarcações nos Açores			
2015			
	Pavilhão	Destino	Origem
América central	3		17
América do Sul			1
Países Africanos			
União Europeia Norte	29	8	
União Europeia Sul	7	16	1
Outro	3		
Porto Escala (Açores)		18	23
	42	42	42

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial dos Açores)

ANEXO V

Guião de Entrevista

Data:05/07/2017

Entidade: Polícia Judiciária

Representante: Coordenador Regional da PJ, Dr. João Oliveira

Contacto nº 2 (reunião inicial em novembro 2016 e entrevista em julho 2017)

Nota: trata-se de uma entrevista semi dirigida, que não obstante dispor de perguntas-guias relativamente abertas, o propósito é, tanto quanto possível, permitir ao entrevistado falar abertamente e pela ordem que lhe convier.

1. Como está organizado o controlo de fronteiras na Região Autónoma dos Açores?
2. Que vulnerabilidades aponta às fronteiras marítimas portuguesas, em particular, às fronteiras marítimas do Arquipélago dos Açores?
3. Qual o seu parecer/opinião sobre a seguinte afirmação: “ A Região Autónoma dos Açores é uma plataforma de relevo na prática da criminalidade transnacional”.
4. Os Açores, pela sua posição geoestratégica integra uma das três principais rotas mundiais (via marítima) utilizada pelos narcotraficantes.
 - 4.1 As autoridades portuguesas estão despertas para a dimensão deste fenómeno, nesta área geográfica?
 - 4.2 Quais são as medidas de combate, prevenção e repressão?

- 4.3 Quais são os constrangimentos?
 - 4.4 Como funciona a cooperação interna?
5. De acordo com os relatórios da Europol, o narcotráfico é a espinha dorsal do crime organizado transnacional e uma real ameaça aos Estados de Direito.
- 5.1 Que importância dá a União Europeia, nas suas políticas de combate ao crime organizado transnacional, à posição geoestratégica dos Açores?
 - 5.2 Como funciona a cooperação internacional?
 - 5.3 Quais as medidas internacionais de combate ao narcotráfico?
 - 5.4 Quais os principais constrangimentos?
6. A justiça dos Estados é tida como ineficaz ao combate deste fenómeno. Que lacunas aponta ao quadro jurídico português?
7. As redes criminosas são tidas como organizações multinacionais, cujo poderio económico se sobrepõe à situação financeira de muitos Estados. Terá Portugal capacidade para fazer frente no combate a este fenómeno?
8. Recomendações para o estudo (revistas, relatórios, publicações, etc.)
-

Transcrição:

Não se seguiu o guião de forma criteriosa, por opção do Dr. João Oliveira.

1º e 2º Questão:

“ (...) o controlo de fronteiras não é matéria da competência da Polícia Judiciária, portanto, outras entidades muito melhor habilitadas que a PJ existem para responder a essa questão. Aliás, em concreto em concreto, há aqui que estabelecer desde logo duas dimensões, a dimensão pessoal e a dimensão das mercadorias. Na dimensão pessoal há uma entidade competente para o efeito, que é o SEF (...) na vertente das mercadorias temos uma outra entidade que é a Autoridade Tributária e Aduaneira (numa linguagem mais simples, as Alfândegas).”

“ (...) estamos aqui a falar em movimento de pessoas e/ou mercadorias que vêm fora do espaço Schengen, atenção, como sabemos dentro do espaço Schengen há livre circulação de pessoas e bens, portanto, isso só para visualizarmos o objeto da abordagem(...).”

“O controlo de pessoas, porque os Açores não têm fronteiras, fronteiras terrestres, naturalmente, é feita em dois domínios (...): em ambiente aeroportuário, em aeroportos, os cidadãos e as mercadorias que chegam à região de fora por avião, então têm o SEF, que é quem faz esse controlo através dos passaportes, enfim, todo esse rastreamento (...)

“A alfândega no que diz respeito ao/às mercadorias, quer bagagens de passageiros, quer também mercadoria que é expedida.”

“O outro domínio de intervenção é naturalmente em espaço portuário, ou seja, as pessoas que aportam aqui por/através de embarcações, sejam elas embarcações de grande porte, sejam embarcações de recreio como acontece muitas vezes aqui na região, sobretudo numa determinada época do ano (...) (*dificuldade na transcrição*) (...) isto é com as necessárias adaptações exatamente a mesma coisa.. no que diz respeito às embarcações.”

“Embarcações de passageiros há também o SEF que faz este controlo, o registo das entradas, e há também a Alfândega que procede ao rastreamento das mercadorias...portanto... em termos práticos os procedimentos são os mesmos, com a nuance diferença que um é em aeroporto e a outra valência é em portos ...portos típicos no sentido da verdadeira aceção do termo tal qual o concebemos...em algumas situações já não é bem...já não estamos neste domínio (*dificuldade de tradução*)...estamos a falar de marinas, como acontece por exemplo na marina da Horta, que é tipicamente procurada por embarcações de recreio (...) mas não só, ou seja, a região tem aqui, acrescenta aqui um *plus* de dificuldade no que diz respeito a esse controlo devido à (*dificuldade de transcrição*) das ilhas e algumas muito distantes umas das outras...estou-me a recordar aí um caso paradigmático, a ilha das Flores, porque é aquela que tem o mínimo de condições para acolher essas embarcações de recreio e depois são aquelas que ficam mais próximas do continente americano...portanto, muitas vezes, ou pelo menos algumas vezes, aportam lá embarcações, sendo que em termos europeus é o primeiro ponto de contacto europeu, nos termos da lei tem de ser feito o controlo... depois o SEF tem dificuldade em ter lá em permanência, tanto quanto é do nosso conhecimento, efetivos. Isto acarreta em termos práticos algumas dificuldades... mas eu estou a falar de situações de exceção, por isso coloquei aqui deliberadamente as Flores... mas resumindo e concluindo, basicamente é isto... SEF faz o controlo de pessoas, Alfandega faz o controlo de mercadorias(...)”

3º Questão e restantes:

“(...)Eu arriscaria a dizer-lhe ... eu arriscaria a utilizar o superlativo: estão alertadíssimas. Ou seja, esta é uma matéria da exclusiva competência da polícia Judiciária e como compete à PJ, tendo essa rota, como bem disse, a importância que tem e o assunto subjacente a isto a gravidade que tem, estamos a falar do grande narcotráfico, no caso, por via marítima, com utilização de embarcações de... sobretudo com utilização de embarcações de recreio...porque quando se fala nesta rota estamos a falar sobretudo em embarcações de recreio.”

“Há que estabelecer aqui uma diferença e subtipos ... dois subtipos... (*dificuldade de transcrição*) um deles ... Rota do norte... tem a ver com embarcações ditas de recreio, que são objeto de uma análise, é que não somos nós, Portugal que fazemos isto, isto é

feito internacionalmente ... depois há o tráfico com monitorização de embarcações de maior porte que não tem naturalmente o mesmo tipo de constrangimentos que as embarcações de recreio e carecem de uma abordagem específica...pronto... nas embarcações de recreio há efetivamente um conjunto de mecanismos que estão implementados cá em Portugal, com vista à monitorização dessas embarcações, depois há plataformas internacionais e nós Policia Judiciária articulamos com um conjunto de entidades internacionais no sentido de sermos o mais eficazes possível, mas eu arriscaria a dizer, o mais eficientes possível (...) no sentido em que procuramos fazer o mais possível, alcançarmos os melhores resultados possíveis com o mínimo de investimento, porque tendo este assunto a dimensão e a complexidade que tem, a eficácia do combate não se faz isoladamente, ou seja, não é cada país per si, no caso concreto não é Portugal isoladamente que vai fazer o controlo com alguma expressão de eficácia, portanto, tudo isto é feito articuladamente.”

“Portugal com outros parceiros europeus e outros parceiros de outras zonas do globo, mormente no continente americano, aqui em sentido amplo, não envolvendo apenas, exclusivamente, policias mas também outras entidades, desde logo, e à cabeça, direi eu, as alfândegas...(paragem) nem todos os países tem o mesmo tipo de organização judiciária e policial, esta coisa das competências de trabalho em Portugal são de uma maneira, mas noutros países podem ser diferentes, e há países em que as alfândegas têm também competência na investigação do tráfico de droga... portanto tem que haver, e há, esta articulação, não só com entidades policiais como também com entidades alfandegarias porque há países desde logo na América Central e do Sul que ... na zona do caribe sobretudo (...)”

(Dr. João falou sobre uma reunião no caribe, no qual participou, no decorrer deste ano)
“(...) Foi uma primeira reunião precisamente, uma reunião internacional mais um grupo de trabalho que foi criado no âmbito de um projeto europeu tutelado pela União Europeia em conjugação com as Nações Unidas através da sua Agência para as Drogas e o Crime (UNODC) e também com especial intervenção e colaboração da Interpol ... (o projeto é da União Europeia)... precisamente que visa um combate mais eficaz à partilha.... Porque a eficácia... ou melhor, dito de outra forma porventura mais adequada... a eficácia é aferida obviamente em termos de resultados e os resultados são a parte visível desta questão ... determinada policia aprendeu x quilos, pronto, de droga,

isto é a parte visível, aquilo que chega por via da regra ao cidadão, mas para se chegar a este ponto, a montante há um enorme trabalho de recolha e análise de informação, de processamento de informação internacional policial e não raras vezes também judiciária, portanto há todo um trabalho invisível a montante que é fundamental, e é fundamental por quando determinante depois da eficácia... poderá haver um acaso da vida em que ... que se tropeça numa embarcação, passo a expressão, pronto pode haver... mais isso é casuística e não é a casuística que faz a história ... tem a ver com métodos, com procedimentos de trabalho, com metodologias, com cumprimento da lei, naturalmente... e se não houver a montante todo esse trabalho, esse invisível que eu referi, dificilmente teremos uma eficácia de relevo depois no final da linha... nada disto acontece por acaso (...)"

(Dr. João Oliveira deu orientação para consultar o *Empact Cocaine*, reforçou também a reunião do Caribe)

“ (...) Com este enfoque muito específico para se iniciar um estudo mais aprofundado sobre rotas, rotas alternativas, porque falou na rota do norte, mas há outras rotas, há outras rotas, que suscitam particular preocupação, isto é como tudo na vida, isto é o velho jogo do gato e do rato... a rota do norte começa a ser muito “chekada” digamos assim, e os grandes grupos organizados que estão por trás desta coisa começam a procurar rotas alternativas, não só rotas como procedimentos.... e compete-nos a nós fazer verificação desses novos procedimentos e depois (*dificuldade de transcrição*) o mais possível aquilo que são as pretensões desses grupos organizados Cada vez mais começa a ser utilizada a costa ocidental africana para o efeito, e depois daí ou prosseguimento por via marítima ou então o prosseguimento da droga por via terrestre e/ou eventualmente por via aérea ... depois as coisas vão ganhando aqui uma dinâmica própria...mas classicamente ainda podemos falar nesta arrumação de que a rota do norte é efetivamente a rota por excelência no que diz respeito ao tráfico de estupefacientes e quando falo aqui de tráfico de estupefacientes por via marítima nesta rota do norte, estamos a falar sobretudo de cocaína, sobretudo, para não dizer em exclusivo, não é? Para não dizer em exclusivo... depois há ali uma dinâmica própria não é? Há países, há zonas do daquela região que são tradicionalmente locais de partida, mas não são, essas zonas não são elas mesmas locais de produção... mesmo até chegar ali há toda uma

dinâmica, todo um trabalho , uma logística associada de transporte da droga dos locais de origem (...)”

(Foi questionado sobre a ligação cultural entre os países de destino e de origem da cocaína)

“(...) A Colômbia ainda continua a ser o grande produtor por excelência... essa dimensão sociológica, chamamos-lhe assim... não posso falar de ciência certa... mas é de alguma evidência, é naturalístico, é naturalístico, há zonas afins depois tem a ver com os próprios grupos, com a composição dos próprios grupos dos traficantes, com os níveis de organização e conseqüentemente de sofisticação ... portando... e depois tem a ver com ... tudo isto está interligado, tem a ver com relações de confiança que se estabelece e a matriz cultural, as afinidades culturais evidentemente tem aqui um papel com alguma importância na consubstanciação desses laços de confiança como é evidente...pronto... depois há também questões de oportunidade ... também... que é... o que é que quero dizer com isto de oportunidade? Surge uma janela de oportunidade passo a redundância que é por via marítima fazer/ deslocar a cocaína por exemplo de um porto, de um determinado porto da Colômbia para, por exemplo, a Região de Guadalupe, porque enfim o armador ou o comandante dessa determinada embarcação tem uma especial ligação com um elemento de um grupo criminos.... Havendo esta relação de confiança, proximidade, pois se aproveita... até se altera um bocadinho aquilo que são as rotas normais ... bem nas normais fazemos assim desta forma, mas agora temos aqui uma nova oportunidade ... tem uma dupla vantagem, que é a fidedignidade da situação, ou seja a confiança subjacente, a confiança acrescida, e ao mesmo tempo ser uma solução nova, e se é nova, a probabilidade de estar sob a alçada, sob o controlo das autoridades cai substancialmente... depois estamos a falar de procedimentos mais ou menos rotinados em que já se fez várias vezes desta maneira e que é normal que as polícias já tenham algum conhecimento, conseqüentemente, estejam mais atentas, de onde isso faz elevar a margem de risco da operação... se é um método um circuito que vai ser utilizado pela primeira vez, esse conhecimento não é pré-existente, portanto o risco desta mesma operação, é um risco muitíssimo mais baixo... onde é que eu quero chegar? e gostaria de passar esta ideia... Tudo isto há mais ou menos ali um tronco comum que se verifica mais vezes, mas depois isto é muito dinâmico vai sofrendo ali algumas alterações consoante, enfim, as oportunidades que se vão perfilando (...)”

(Abordamos os constrangimentos):

“ (...) Quanto às dificuldades, as dificuldades são aquilo que são... eu costumo dizer às pessoas que trabalham comigo, não vale a pena perdermos muito tempo a focarmos nos problemas, temos de nos focar nas soluções, pronto... agora digo desassombradamente que esta é uma região única no país, uma realidade única no país... isto é uma caracterização objetiva... pronto... desde logo que tenhamos presente que há uma (*dificuldade de transcrição*)... Por nove ilhas, se tivermos em conta que dentro dessas nove ilhas entre Santa Maria e o Corvo, que é as que ficam mais distantes uma da outra, a distância entre uma e outra é superior à distância que vai de Valença a lá baixo a Sagres em Portugal Continental... portanto basta... isto é para representarmos mentalmente... para fazermos a fotografia mental da coisa... e depois se tivermos presente que de entre Lisboa aqui a Ponta Delgada é quase a mesma distância de que Lisboa a Paris ... portanto está logo ... dá logo uma ideia muito concreta daquilo que é a nossa realidade de trabalho... como todas as realidades únicas com esta tipologia ... pois isto trás dificuldades acrescidas ao nosso trabalho ... mas é apenas isso porque ao mesmo tempo trás também estímulos, estímulos acrescidos ... pronto... e como eu disse e tenho que ser consequente, nós não temos que estar fisicamente ao mesmo tempo em todas as ilhas... em termos que a PJ está sediada em Ponta Delgada, aqui tem a sua sede, aqui tem a sua estrutura principal, a maior parte dos seus efetivos em permanência, temos uma estrutura, uma extensão em Angra do Heroísmo, com efetivo muito reduzido mas temos mobilidade, mas se perguntasse tem a mobilidade que gostaria? Nenhum responsável de nenhuma instituição tem os meios todos de que gostaria ... isso não vale a pena... é assim a escassez dos meios é um clássico, aprende-se na economia política, é uma evidência... agora com os meios que temos o que é que podemos fazer? Mais, o que é que temos que fazer? E felizmente, felizmente há todo aquele conjunto de possibilidades, de articulação e cooperação multi agência... e temos de ter presente que estamos no século XXI, esta mentalidade multi agência tem que estar cada vez mais na ordem do dia, é assim que temos que pensar, sobretudo no combate aos grandes fenómenos de cariz internacional, como é classicamente a problemática do tráfico de estupefacientes e aqui com esta dimensão transcontinental como é marcadamente o fenómeno do tráfico de cocaína e portanto temos que deixar de ter essa mentalidade que é muito tipicamente nossa, muito portuguesa da

“capelinha”... cada um de nós olhar para o seu umbigo ... estar muito centrado no seu umbigo, temos de projetar o nosso olhar mais longe, onde deve, tem de estar projetado e percebermos que com se fizermos parte das soluções, se quisermos verdadeiramente fazer parte das soluções o nosso trabalho afinal fica muito mais facilitado, ou seja, é conseguirmos aquilo que eu falava há bocado, melhorar os níveis de eficiência, sobre maneira que é conseguirmos muito melhores resultados com o mínimo de investimento em termos de meios, porque esta mentalidade multi agência, que é algo que está cada vez mais intensificada na Europa, quando eu digo na Europa, cingindo especificamente no ambiente União Europeia, mas que também de alguma forma se pode extrapolar com as necessárias adaptações aos países do continente americano, desde logo os Estados Unidos à cabeça, por razões óbvias... e portanto desta cooperação nascem facilidades, não é que isto seja fácil, é uma luta extraordinariamente difícil, mas nascem facilidade... portanto a Região tem efetivamente pelas suas características comporta em si um conjunto de agruras, de adversidades, de dificuldades, mas ao mesmo tempo não se tenha, nem pouco mais ou menos aquela ideia serôdia de que isto são umas ilhotas perdidas no meio do oceano e que ninguém liga a nada disto(...)”

“(...) Do ponto de vista da organização política europeia, os Açores são uma região ultraperiférica, se é ultraperiférica isto à partida, logo à partida é reconhecida que a região tem potencialmente um conjunto de *handicaps* em razão do seu distanciamento dos grandes centros de decisão, e portanto é necessário criar compensações... a Região tem desde logo essa vantagem de ser considerada aquilo que é uma vantagem e depois é um foco gerador de compensações... isto em termos gerais e abstratos... especificamente, a esse assunto do tráfico de estupefacientes por via marítima, não, não, tando quanto é do meu conhecimento..(???) não tenho o domínio completo e absoluto dessas grandes questões internacionais... mas tanto quanto é do meu conhecimento não há aqui um problema específico, uma coisa muito virada para os Açores, em termos macro, em termos macro... pronto... agora posso lhe garantir e assegurar, e a PJ tem feito um grande trabalho nesse sentido, que é precisamente colocar os Açores no mapa, colocar os Açores verdadeiramente na rota do grande debate dessas coisas em termos europeus e a demonstrá-lo está aqui em finais de setembro, setembro, outubro, finais de setembro, princípios de outubro de 2015, vai fazer agora dois anos, fez-se um workshop aqui, nós conseguimos, nós Policia Judiciária, não é a Policia

Judiciária aqui dos Açores, é a Polícia Judiciária, (*dificuldade de transcrição*) conseguiu trazer para os Açores a realização deste evento... um evento para discutir e debater todas estas questões ?? no seio de especialistas, estamos a falar de reuniões muito reservadas, não foram abertas ao público (...) funcionou com o recato que é devido e normal (...) estas questões que temos estado para aqui a falar foram amplamente debatida por um conjunto de especialistas, ou seja estamos a falar de polícias e elementos de alfândega de outros países, a maioria da Europa, mas também do continente americano, não só dos Estados Unidos mas também de países do Caribe, onde houve uma partilha forte e profícua de experiências ... onde se agilizaram algumas formas de contacto, porque muitas vezes, para não dizer a maioria das vezes a rapidez dos contactos para obtenção de informação decisiva é fundamental, é fundamental e quando nós conhecemos as pessoas porque já tivemos com elas um dia dois dias três dias num evento, quando temos um cartão, com um numero de contacto direto da pessoa, isto é a diferença entre o êxito e o fracasso de uma investigação... pode ser... pode ser... portanto isso foi feito cá nos Açores, felizmente, e foi feito aqui em Ponta Delgada, portanto é uma evidência irrefutável do papel e, sobretudo, do reconhecimento internacional, e estas coisas tem de ter esta formalização mais exata, do reconhecimento internacional, e para haver reconhecimento internacional tem de haver prévia atenção, sobre a Região, obviamente (...)

“(...) Dito de uma forma muito simplista mas por ventura acutilante os Açores estão efetivamente no mapa, estão porque há instâncias internacionais que reconhecem isso mesmo, e porque a Polícia Judiciária também tem feito, aqui a ordem dos fatores é arbitrária, não estou aqui a hierarquizar as importâncias, estou só a fazer a respetiva abordagem, nós estamos a fazer, mas nós também não estamos a fazer nada de extraordinário, atenção, isto também é importante que se diga, nós estamos a fazer aquilo que é a nossa obrigação, é o nosso papel, é o nosso dever, estamos a cumprir a nossa missão, e outras instituições também o estão a fazer... essa reunião, esse encontro, esse workshop teve consequências (...)”

“(...) E o que é que são ações concretas? São operações que se desenvolvem nas condições que são pensadas, são tidas por adequadas, envolvendo um conjunto de entidades que também foram previamente acordadas para o efeito, segundo a metodologia que também foi estipulada com vista ao cumprimento de uma determinada

ordem de missão... isto tem sido feito... evidentemente estamos a falar de informação que não chega ao cidadão, não tem que chegar... não pode chegar tudo ao cidadão, isso faz parte um bocado do tal trabalho mais invisível, que eu lhe falava quase no início(...)

“(...) Os Açores tem aqui uma importância acrescidíssima no que diz respeito a essa rota que falou relativamente a Portugal Continental, até mesmo relativamente à outra Região Autónoma, à Madeira... nesse sentido constitui uma preocupação acrescida, obviamente, e por ter este papel, por ter, por ser uma região diferente neste sentido, tem havido este olhar diferente também, porque as situações iguais tratam-se com igualdade, as situações de exceção tratam-se de forma excepcional, portanto tem havido e não só em termos internos do país, como disse, e para sintetizar, esta preocupação, este olhar, e esta concretização, não estamos a falar aqui, não estamos apenas e só no domínio das boas intenções, isto é uma mera carta de boas intenções, é à partida uma carta de excelentes intenções, mas á final também tem sido um campo de exercitação concreta e plena dessas boas intenções, nós polícia judiciária não estamos completamente satisfeitos, temos de ter ambição, ambição positiva... tudo isso tem sido testado no terreno, tem havido ações concretas no sentido de por em prática aquilo que eu lhe dizia há pouco, a tal carta de boas intenções (...)

“(...) Este fenómeno é um fenómeno transcontinental, é um fenómeno à escala universal, e tem de ser encarado assim, sendo portugueses ou... isso não interessa muito, não leve de muito importância, o que deve levar de importância é a problemática em causa e depois todo o trabalho que deve ser feito no sentido de o combater com o maior nível de eficácia possível... mas atenção, eu disse, indo agora concretamente à sua questão, é efetivamente os Açores a tal região diferente do continente nacional, constitui uma preocupação acrescida por aí mas coisas também tem de ser vistas com outra perspectiva, aquilo que é visto como uma dificuldade também pode ser visto como uma vantagem... temos aqui estas ilhas magníficas perdidas no meio do oceano.. NÃO, encontradas no meio do oceano, porque é difícil chegar aqui de forma sub-reptícia, é extraordinariamente difícil, uma embarcação, mesmo uma pequena embarcação de recreio, é extraordinariamente difícil fazer a aproximação ao arquipélago de forma completamente sub-reptícia... garanto que há mecanismos de monitorização, evidente, não é todas as embarcações, pois há aqui, isso é como tudo (...) há avaliações de risco, antes disso, há análise, há cruzamento de informação, há técnicas para o efeito, tudo isto

redunda depois numa avaliação de risco, uma avaliação legal de ameaça conforme se preferir... isto agora o rigor conceptual não é muito importante ... portanto toda e qualquer embarcação suspeita que já esteja, se é suspeita é porque já está referenciada(...) Dificilmente chegará aqui à região sem que com alguma antecedência nós não tenhamos conhecimento... porquê? Porque nós, efetivamente, à volta dos Açores temos de andar muitas milhas até termos novamente terra... os Açores sendo um arquipélago, não tem as características de outras regiões do globo também arquipelágicas.... Que é uma multiplicidade de ilhas, muito maior, e com maior proximidade geográfica entre elas... que ai sim trás uma dificuldade acrescida no controlo das movimentações... basta ir para a Região do Caribe, por exemplo, onde há uma multiplicidade de ilhas e relativamente, e quando digo relativamente, próximas umas das outras.... Temos os Açores como referência, porque temos de andar muito para encontrarmos terra... pronto...esta coisa que é uma vantagem para os traficantes, que é, a tal dificuldade, para nós, deve também ser vista... calma isto tem aqui um aspeto que é extremamente vantajoso para nós, quando digo para nós, é para quem faz o combate a estas coisas, que é isto que dificilmente se aproxima sem que sejam previamente detetados (...)"

“ (...) Tem que haver, efetivamente, esta proatividade, este espírito positivo sobre as coisas, porque isto “toca” noutro aspeto que não tem tanto a ver com o seu trabalho, mas que tem um bocadinho a ver com isto que estamos a falar que é a racionalização dos meios.... os meios tem de ser otimizados... e às vezes não é preciso mais gente ou mais meios, do ponto de vista logísticos para se conseguir melhores resultados (...)"

“ (...) No campo dos meios é preciso ver o que é que temos exatamente para fazer, e com o que temos até onde é que podemos ir... e isto é uma nota que tem de ser dada, porque estamos no século XXI, portanto, a tendência futura é para grande constrição de meios ... é a criação de sinergias, dai que quando eu falava à bocado do salto qualitativo em termos de para este espírito de contingência... que é uns fazem uma coisa, outras fazem outra, outros fazem outra... não temos de fazer todos a mesma coisa, não temos de pensar ter esta visão centrada como dizia a bocado no nosso umbigo... não, a glória de um é a glória de todos, no sentido que é a satisfação da missão cumprida... é este o salto qualitativo que tem de ser dado e isto extrapola fronteiras(...)"

Fim de transcrição.